

**HABEAS CORPUS Nº 548.994 - SP (2019/0358575-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : LUCIANO PEREIRA DA CRUZ  
**ADVOGADO** : LUCIANO PEREIRA DA CRUZ - SP282340  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MURILO DA SILVA ABREU (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MURILO DA SILVA ABREU apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Colhe-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante no dia 30/9/2019, pela suposta prática do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, em decorrência da apreensão de aproximadamente **124kg (cento e vinte quatro quilos) de maconha**. Posteriormente, a custódia foi convertida em preventiva.

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada (e-STJ fl. 32).

Daí o presente *habeas corpus*, no qual alega o impetrante que o decreto de prisão preventiva não estaria devidamente fundamentado.

Requer, inclusive liminarmente, a revogação da custódia cautelar ou a sua substituição pelas medidas restritivas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

No caso, consta do decreto construtivo o seguinte (e-STJ fl. 40):

Neste aspecto, veja-se que NÃO há indicação precisa de atividade laboral remunerada, de modo que as atividades ilícitas, a toda evidência, são fonte (ao menos alternativa) de renda (modelo de vida, com dedicação) – sem contar que a recolocação em liberdade neste momento (de maneira precoce) geraria presumível retorno às vias

# *Superior Tribunal de Justiça*

delitivas, meio de sustento. Não bastasse isso, **há reincidência na espécie**, impeditiva, na eventualidade de condenação, da concessão de regie menos gravoso.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pelo impetrante, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator